

Infraestrutura BR V Telecom Holding I S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura BR V Telecom Holding I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura BR V Telecom Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura BR V Telecom Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia, que iniciou suas atividades em 7 de maio de 2024, encontra-se em fase pré-operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

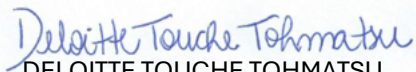
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

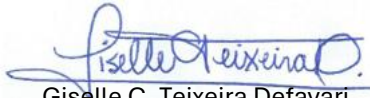
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BR V TELECOM HOLDING I S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Ativo Circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	4	26.650	8.481	26.685	Fornecedores		2.659	183	2.659
Tributos a recuperar		306	9	306	Impostos e contribuições a recolher		169	13	169
Outros créditos e direitos		191	32	192	Salários, provisões e encargos sobre a folha	7	8.137	3.985	8.137
Total do ativo circulante		<u>27.147</u>	<u>8.522</u>	<u>27.183</u>	Total do passivo circulante		<u>10.965</u>	<u>4.181</u>	<u>10.966</u>
Ativo não circulante					Patrimônio líquido				
Investimentos	5	35	-	-	Capital social	8	56.050	11.250	56.050
Imobilizado	6	8.549	28	8.549	Prejuízo acumulado	8	(31.284)	(6.881)	(31.284)
Total do ativo não circulante		<u>8.584</u>	<u>28</u>	<u>8.549</u>	Total do patrimônio líquido		<u>24.766</u>	<u>4.369</u>	<u>24.766</u>
Total do ativo		<u>35.731</u>	<u>8.550</u>	<u>35.732</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>35.731</u>	<u>8.550</u>	<u>35.732</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BR V TELECOM HOLDING I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
<u>Despesas operacionais</u>				
Despesas gerais e administrativas	9	(25.265)	(6.577)	(25.287)
Despesas tributárias		(865)	(361)	(909)
Equivalência patrimonial		(65)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(26.195)</u>	<u>(6.938)</u>	<u>(26.195)</u>
Receitas financeiras	10	1.903	60	1.903
Despesas financeiras	10	<u>(109)</u>	<u>(3)</u>	<u>(110)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>1.794</u>	<u>57</u>	<u>1.794</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(24.402)</u>	<u>(6.881)</u>	<u>(24.402)</u>
Prejuízo do período/exercício		<u>(24.402)</u>	<u>(6.881)</u>	<u>(24.402)</u>
Resultado por ação	8	(0,82)	(4,87)	(0,82)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BR V TELECOM HOLDING I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Prejuízo do período/exercício	<u>(24.402)</u>	<u>(6.881)</u>	<u>(24.402)</u>
Resultado abrangente total	<u>(24.402)</u>	<u>(6.881)</u>	<u>(24.402)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BR V TELECOM HOLDING I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 7 de maio de 2024 (data da constituição)	1	-	-	-
Aumento de capital social em 02/12/2024	8	11.250	-	11.250
Prejuízo do período		-	(6.881)	(6.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		11.250	(6.881)	4.369
				-
Aumento de capital social	8	44.800	-	44.800
Prejuízo do exercício		-	(24.402)	(24.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		56.050	(31.284)	24.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BR V TELECOM HOLDING I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Resultado do exercício/período		(24.402)	(6.881)	(24.402)
Ajustes para reconciliar o resultado do período/exercício com o caixa				
Provisão para bônus		-	3.636	-
Depreciação e amortização	6	19	-	19
Resultado da equivalência patrimonial	8	65	-	-
Resultado do período/exercício ajustado		(24.318)	(3.245)	(24.382)
Redução nos ativos operacionais				
Tributos a recuperar		(297)	(9)	(297)
Outros créditos e direitos		(159)	(32)	(160)
Aumento nos passivos operacionais				
Fornecedores		551	183	551
Impostos e contribuições a recolher		154	13	156
Salários, provisões e encargos sobre folha	7	4.152	349	4.151
Caixa líquido aplicado nas operações		(19.916)	(2.741)	(19.981)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	6	(6.615)	(28)	(6.615)
Aporte em controladas	5	(100)	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(6.715)	(28)	(6.615)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	8	44.800	11.250	44.800
Caixa proveniente das atividades de financiamento		44.800	11.250	44.800
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido		18.169	8.481	18.204
No início do período		8.481	-	8.481
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		26.650	8.481	26.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BR V TELECOM HOLDING I.S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura BR V Telecom Holding I.S.A. (“Companhia ou IBR V Telecom”) iniciou suas atividades em 7 de maio de 2024 com a razão social NK 348 Empreendimentos e Participações S.A. e em 17 de maio de 2024 ocorreu a alteração da denominação social e transformação em sociedade por ações de capital fechado. A Companhia está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima 1461 - 4o andar - São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A Infraestrutura BR V Telecom Holding I.S.A. é uma holding operacional voltada para a atividade de investimentos e controladora da Omnia DC Holding I.S.A. (“Controlada”).

O controlador da Infraestrutura BR V Telecom Holding I.S.A. é o Pátria Infraestrutura V Master Brasil Fundo de Investimento em Participações com 100% de participação.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo quando mencionado de outra forma.

2.1 Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

b) Base de mensuração e situação financeira

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta posição financeira de capital circulante líquido positivo no consolidado no montante de R\$16.217 e na controladora no montante de R\$16.183 (R\$4.341 em 31 de dezembro de 2024), além de um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R\$18.055 (R\$2.741 em 31 de dezembro de 2024), indicando um desequilíbrio econômico e financeiro do caixa.

O Pátria Infraestrutura V Master FIP Multiestratégia (“Fundo”), possui interesse e compromisso na continuidade dos negócios da Companhia e, dessa forma, irá permanecer atuando conforme as atribuições inerentes ao principal acionista no processo decisório da respectiva empresa, e com atuação efetiva na definição de seu plano estratégico e de gestão, visando o aprimoramento da situação financeira da Companhia. Se necessário, observadas as obrigações fiduciárias perante os cotistas e a estratégia de alocação e investimento do Fundo atuará no sentido de viabilizar suporte financeiro para as atividades operacionais, de investimento e de financiamento, por pelo menos um ano e um dia após a data de emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

d) Base de consolidação

i. Controle

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

ii. Demonstrações financeiras individuais da Controladora

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método da equivalência patrimonial. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Nas mensurações subsequentes, as movimentações no patrimônio líquido da controlada são refletidas na controladora até a data em que o controle deixa de existir.

Lucros ou prejuízos não realizados em transações entre a controladora e suas controladas são eliminados na equivalência patrimonial.

iii. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Todas as transações e saldos entre a Controladora e suas controladas foram eliminados, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos seus efeitos tributários.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Infraestrutura BR V Telecom Holding I S.A., e de sua controlada direta Omnia DC Holding I S.A.

2.2 Descrição das práticas contábeis materiais

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do período quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O principal passivo financeiro não derivativo da Companhia é fornecedores.

Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

c) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício/período findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

d) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) do período corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2025 a Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2025.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos na demonstração individual:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

f) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

3.1 Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants"	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.2 Revisada e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025

3.3 Emitidas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Banco conta movimento	8	159	43
Aplicações financeiras CDB (i)	26.642	8.322	26.642
Total	26.650	8.481	26.685

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média de 90% até 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (90% até 110% em 31 de dezembro de 2024).

5. INVESTIMENTO

5.1. Aquisição da Omnia DC Holding

Em 6 de agosto de 2025, foram cedidas à IBR V Telecom 40 (quarenta) ações representativas do capital social da sociedade SF 973N Participações Societárias S.A., sendo 20 (vinte) ações de titularidade da LFLGLW Participações Ltda. e 20 (vinte) ações da 3L Assessoria Empresarial Ltda., passando a IBR V Telecom a deter 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.

Em 5 de agosto de 2025, foi aprovada a alteração da denominação social de SF 973N Participações Societárias S.A. para Omnia DC Holding S.A.

Em 27 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Omnia DC Holding S.A. no montante de R\$100.000 (cem mil reais), mediante a emissão de 100.000 (cem mil) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, elevando o capital social de R\$40,00 (quarenta reais), dividido em 40 (quarenta) ações ordinárias, para R\$100.040 (cem mil e quarenta reais), dividido em 100.040 (cem mil e quarenta) ações ordinárias.

5.2. Composição

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Investimento em controladas	35	-
Total	35	-

5.3. Movimentação dos investimentos em controladas

	Omnia DC
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024	-
Aquisição	100
Equivalência patrimonial	(65)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	35

Empresas controladas em 2025	Omnia DC
Controle	Direto
Participação	100%
Ativo circulante	35
Ativo não circulante	-
Total Ativo	35
Passivo circulante	1
Passivo não circulante	-
Patrimônio líquido	34
Total Passivo e Patrimônio Líquido	35
Receita operacional	-
Prejuízo do período	(65)

6. IMOBILIZADO

Custo	Controladora e Consolidado				
	31/12/2024	Adição	Transferências	Baixas	31/12/2025
Computadores e periféricos	28	413	-	-	441
Imobilizado em andamento	-	8.127	-	-	8.127
Custo total	28	8.541	-	-	8.569

Depreciação Acumulada	Taxa de vida útil (anos)	Controladora e Consolidado				
		31/12/2024	Adição	Transferência	Baixa	31/12/2025
(-) Computadores e periféricos	5	-	(19)	-	-	(19)
Total depreciação acumulada		-	(19)	-	-	(19)
Imobilizado líquido		28	8.521	-	-	8.549

7. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
IRRF sobre folha de pagamento	761	83	761
FGTS a Recolher	93	25	93
INSS a Recolher	273	84	273
Provisão de férias	1.054	115	1.054
Provisão de FGTS s/férias	84	9	84
Provisão de INSS s/férias	304	33	304
Provisão de bônus	5.568	3.636	5.568
Total	8.137	3.985	8.137

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia foi constituído em 3 de maio de 2024 pelo Pátria Infraestrutura V Master FIP Multiestratégia, com a importância de R\$100,00 (cem reais), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 100 (cem) cotas com valor nominal e unitário de R\$1,00 (um real) cada uma.

Em 2 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$100,00 (cem reais) para R\$11.250 representados por 11.250.000 (onze milhões duzentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalizando um aumento de R\$11.250, passando o capital social a ser, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$11.250 dividido em 11.250.100 (onze milhões duzentos e cinquenta mil e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de janeiro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.500.000 (oito milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão de 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal da Companhia ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social dos atuais R\$11.250.100,00 (onze milhões duzentos e cinquenta mil e cem reais), dividido em 11.250.100 (onze milhões duzentas e cinquenta mil e cem) ações, para R\$19.750.100 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta mil e cem reais), dividido em 19.750.100 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta mil e cem) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações são integralmente subscritas neste ato pela única acionista da Companhia.

Em 1º de abril de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$6.300.000 (seis milhões e trezentos mil reais), mediante a emissão de 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, Com o aumento, o capital social da Companhia, que atualmente é de R\$19.750.100 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta mil e cem reais), dividido em 19.750.100 (dezenove milhões, setecentos e cinquenta mil e cem) ações, passará a ser de R\$26.050.100 (vinte e seis milhões, cinquenta mil e cem reais), dividido em 26.050.100 (vinte e seis milhões, cinquenta mil e cem) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações serão integralmente subscritas neste ato pela única acionista da Companhia

Em 21 de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$30.000.000 (trinta milhões de reais), mediante a emissão de 30.000.000 (trinta milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por sendo (a) 7.983.579 (sete milhões, novecentas e oitenta e três mil, quinhentas e setenta e nove) ações integralmente subscritas por Pátria Infraestrutura V Master Brasil Fundo de Investimento em Participações; e (b) 22.016.421 (vinte e dois milhões, dezesseis mil, quatrocentas e vinte e uma) ações integralmente subscritas por Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações. Em razão da aprovação do aumento de capital, o capital social passará dos atuais R\$26.050.100 (vinte e seis milhões, cinquenta mil e cem reais), dividido em 26.050.100 (vinte e seis milhões, cinquenta mil e cem) ações para R\$56.050.100 (cinquenta e seis milhões, cinquenta mil e cem reais), dividido em 56.050.100 (cinquenta e seis milhões, cinquenta mil e cem) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Total de ações do exercício/período - conforme média ponderada	29.662.977	1.412.234
Prejuízo do período (milhares)	(24.402)	(6.881)
Total	<u>(0,82)</u>	<u>(4,87)</u>

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Despesas com salários	(20.089)	(5.402)	(20.089)
Depreciação	(19)	-	(19)
Despesas com aluguel	(653)	(76)	(662)
Despesas com serviços de terceiros	(3.626)	(993)	(3.638)
Despesas com Viagens e Representações	(503)	(6)	(503)
Despesa com manutenção	-	(55)	-
Despesas com publicidade com eventos e promoções	(56)	(31)	(56)
Outras despesas administrativas	(319)	(14)	(319)
Total	(25.265)	(6.577)	(25.287)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
<u>Receitas financeiras</u>			
Rendimentos de aplicações financeiras	1.900	60	1.900
Descontos obtidos	3	-	3
	<u>1.903</u>	<u>60</u>	<u>1.903</u>
<u>Despesas financeiras</u>			
Tarifa bancária	(3)	(2)	(2)
Juros	(13)	-	(13)
IOF	(53)	-	(53)
Variações Cambiais Passivas	(40)	(1)	(43)
	<u>(109)</u>	<u>(3)</u>	<u>(110)</u>
Total	<u>1.794</u>	<u>57</u>	<u>1.794</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(24.402)	(6.881)	(24.402)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Crédito de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	(8.297)	(2.340)	(8.297)
(-) Tributos diferidos ativos sobre prejuízo - não reconhecidos	<u>(8.297)</u>	<u>(2.340)</u>	<u>(8.297)</u>
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

12. INSTRUMENTO FINANCEIRO

a) Gerenciamento dos Riscos Financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2025.

i. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI). A Companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Caixa e equivalente de caixa	26.650	8.481	26.685
Total	26.650	8.481	26.685

iii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

31/12/2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	183	-	-	-	183	183
	<u>183</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>183</u>	<u>183</u>
31/12/2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	2.659	-	-	-	2.659	2.659
	<u>2.659</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.659</u>	<u>2.659</u>

a) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

b) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

iv. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2025	
			Valor Contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	Valor justo	26.685	26.685
Total			<u>26.685</u>	<u>26.685</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	Nível 2	Valor justo	2.659	2.659
Total			<u>2.659</u>	<u>2.659</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Valor justo	8.481	8.481
Total			<u>8.481</u>	<u>8.481</u>
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	Nível 2	Valor justo	183	183
Total			<u>183</u>	<u>183</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

13. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$6.767 (R\$393 em 2024).

14. CONTINGÊNCIAS

Até a emissão das demonstrações contábeis, a Companhia e controlada não estavam envolvidas em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

15. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Adições ao ativo imobilizado não pagos	1.926	-	1.926

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 16 de janeiro de 2026, foi deliberado o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$267.192.689,00, mediante a emissão de 267.192.689 novas ações. Em razão da aprovação do aumento de capital, o capital social passará dos atuais R\$56.050.100,00, para R\$323.242.789,00. Os valores foram totalmente integralizados, sendo R\$140.000.000,00 no dia 23 de janeiro de 2026 e R\$127.192.689,00 no dia 31 de janeiro de 2026.

Em 3 de fevereiro de 2026, foi aprovado o aumento de capital na Omnia DC Holding S.A. pela Companhia, no valor de R\$1.000.000.000,00, passando o capital social dos atuais R\$100.040 para R\$1.000.100.040,00. O valor será integralizado em 12 meses, onde no dia 10 de fevereiro de 2026, foi integralizado o montante de R\$130.000.000,00.

Em 10 de fevereiro de 2026, a Omnia DC Holding S.A., controlada da Companhia, concluiu a aquisição de 100% das ações da CDV DC I.S.A., anteriormente detidas pela Casa dos Ventos S.A., pelo montante total de R\$92.000,000,00, integralmente quitado em 10 de fevereiro de 2026.
